

# Crise cambial dramática ditou pacote

José Negreiros

**Brasília** — O governo se prepara para passar um “pente fino” nas importações, adotar novas medidas financeiras de impacto e, se até o final do ano não vislumbrar perspectivas favoráveis para a renegociação da dívida externa, decretar a centralização cambial. A situação externa da economia brasileira é, portanto, muito mais delicada do que oficialmente se anuncia e a própria sociedade é capaz de interpretar.

A situação das reservas cambiais, por exemplo, é dramática. Considerando-se a queda de 1 bilhão em apenas 20 dias de novembro, já teriam sido consumidos até — hoje US\$ 3 bilhões 600 milhões dos US\$ 7 bilhões 700 milhões com os quais o país iniciou o ano. A posição de US\$ 4 bilhões 100 milhões, contudo, inclui cerca de US\$ 1 bilhão de haveres sem liquidez imediata, o que agrava o saldo efetivo. O saldo comercial de apenas US\$ 210 milhões no mês passado e a perspectiva de repetição desse desempenho este mês complicada ainda mais a questão externa.

Foi com base nesse quadro de extrangulamento cambial que o presidente José Sarney decidiu aprovar o pacote de correção ao Plano Cruzado, que atraiu tão expressiva antipatia da população. De acordo com seus autores, as medidas eram imprescindíveis e inadiáveis, pois o problema cambial deixou o governo sem alternativa. Apesar disso, contudo, não são suficientes e precisam ser complementadas por outras, que retomem a taxa de investimento econômico. O problema é que agora o governo está com suas ações inibidas pelas repercussões negativas do último pacote.

Esse pacote foi elaborado sob forte tensão vivida por parte dos pais do Cruzado, que consideraram que o presidente José Sarney perdeu uma grande oportunidade para resolver definitivamente a desgastante questão do déficit público em julho, por ocasião do estabelecimento dos depósitos compulsórios. O percentual do compulsório da gasolina era para ser de 40%, mas o presidente reduziu-o para 28% por razões políticas, pois começavam ali os três meses finais da campanha eleitoral. Já naquela época os economistas responsáveis pela reforma econômica estavam preocupados com a possibilidade de uma sangria social.

Firmou-se, a partir daí, a tendência declinante do saldo comercial, numa economia que estava consumindo reservas com a importação de alimentos e maior abertura ao mercado externo. O problema do risco de insolvência foi se acelerando, o saldo de setembro caiu novamente e em outubro o país perdeu US\$ 1 milhão 100 de reservas. Mas diante desse quadro aflitivo, as autoridades econômicas não podiam reagir, esta-

vam imobilizadas pelo calendário político, que marcava as eleições gerais para 15 de novembro. A grande torcida dentro do governo passou a ser, então, vencer a data fatal ainda em condições de tomar decisões que corrigissem a rota da economia. “O país ia bater no muro” diz agora uma fonte do ministério econômico, numa imagem que bem reproduz o sufocante estreitamento cambial.

Como se isso fosse pouco, na formulação do novo pacote os pais do Cruzado demoraram a chegar a um consenso. As divergências, que começaram por ocasião do pacote de julho, quando Sarney decepcionou a equipe reduzindo o compulsório, afloraram com maior intensidade nas discussões de novembro. Entre a meia dúzia de economistas que, de fato, põe a mão na massa, havia posições que defendiam uma recessão clássica — nos moldes do que o ex-ministro Delfim Netto aplicaria — passando pelos moderados, que acabaram predominando, sem falar naqueles que gostariam de avançar na parcela de renda dos assalariados no dobro do que pregava o ministro do Planejamento, João Sayad, que era de 8%. O caráter impopular das medidas finalmente adotadas em grande parte é resultante do elevado nível de operação de toda a economia, com pleno emprego e ocupação quase total do nível de capacidade da indústria. A partir desse ponto, qualquer medida econômica sempre elige beneficiários e vítimas, ao contrário da fase de baixa, quando sempre é possível privilegiar determinados setores ou faixas de renda e isentar totalmente outros.

Para superar todos esses problemas e estrangulamentos, o governo estabeleceu uma estratégia que agora a muitos parece equivocada: O ideal seria anunciar o pacote amargo logo após a abertura das urnas, no calor da apuração, para aproveitar o máximo possível o impacto da vitória consagrada do governo, de forma a respaldar as mas notícias com a montanha de votos dada ao PMDB.

É por isso que o Palácio do Planalto irritou-se com alguns governadores vitoriosos que criticaram tal estratégia. Segundo uma fonte do governo, políticos como Waldir Pires, novo governador da Bahia, e Orestes Quércia, de São Paulo, não estariam hoje criticando o pacote como campeões de voto se o governo resolvesse anunciar as medidas impopulares antes das urnas. “Afinal de contas ninguém é idiota” comenta um assessor econômico.

O grande problema do governo é que os defeitos resultantes da forma de comunicação do pacote deixam mais dificuldades e acabaram por comprometer por longo tempo o futuro, pois agora o governo terá que ficar um bom período imobilizado até que a população absorva o pacote da semana atrasada.